



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

OS INSTITUTOS FEDERAIS E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

RAFAEL KLEIN MORESCHI

Universidade Federal da Fronteira Sul e Universidade do Oeste de Santa Catarina

rafael.moreschi@uffs.edu.br

ELIANE SALETE FILIPPIM

Universidade do Oeste de Santa Catarina

eliane.filippim@unoesc.edu.br

Resumo

Considerando que as instituições universitárias exercem importante papel na sociedade, este artigo tem como objetivo analisar o papel dos Institutos Federais enquanto instrumento de política pública de educação profissional. Para tal utilizou-se como foco o estudo do caso do Instituto Federal Santa Catarina. Na pesquisa adotou-se abordagem predominantemente qualitativa. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa documental. Posteriormente, partiu-se para a pesquisa de campo, para a qual foram utilizadas três técnicas de coletas de dados: entrevistas, observação e questionários. Na análise dos dados foi feita uma triangulação entre as diferentes fontes, utilizando-se da Análise de Conteúdo. Verificou-se que o papel desempenhado pela educação profissional ainda se reduz à qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. Constatou-se que o IFSC ainda não conseguiu se consolidar como uma ferramenta de aplicação da educação profissional enquanto política pública. Identificou-se no IFSC um desvio de função ao se observar que os alunos o procuram não pela formação profissional, mas pelo ensino médio. Constatou-se ainda que o IFSC tem mudado de posição em relação aos propósitos para o qual foi criado, pois vem aumentando a oferta de cursos superiores em detrimento à oferta de cursos técnicos.

Palavras-chave: Institutos Federais. Política Pública. Educação Profissional.

1 Introdução

Este estudo explora o papel social desempenhado pela educação profissional, ofertada pelos Institutos Federais. O tema foi abordado tendo como *locus* a região do Oeste de Santa Catarina e, como foco, o estudo do caso do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). As unidades de análise adotadas foram os *campi* de Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

A relevância do tema de pesquisa é observada na recente expansão da rede federal de educação profissional, que é composta principalmente pelos Institutos Federais. Esta expansão pode ser constatada se considerado que no período de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país, que atendiam 120 municípios, já entre 2003 e 2010 o Ministério da Educação (MEC) implantou 214 escolas técnicas previstas no plano de expansão, ampliando o número de escolas para 354 e o número de municípios atendidos para 321. Por fim, entre 2011 e 2014 foram mais 208 novas unidades, totalizando 562 escolas técnicas instaladas e 512 municípios atendidos (BRASIL, 2016). Vista anteriormente como educação de segunda linha e voltada às classes menos favorecidas, a educação profissional ganhou força no país (MELLO; MELO; MELLO FILHO, 2016) e tem buscado se consolidar como uma política pública.

Uma das justificativas para a realização deste estudo está associada a Porter (1999, p. 198), quando afirmou que “o governo tem responsabilidades de importância crítica por fatores fundamentais, como os sistemas educacionais de nível elementar e secundário [...]” Aqui se apresenta uma sustentação para esta pesquisa, uma vez que a educação profissional é constituída de três níveis: básico, técnico e tecnológico. Contudo, somente este último constitui-se em ensino superior; os demais níveis configuram-se como elementar (básico) e secundário (técnico), sendo justamente a educação profissional técnica de nível médio a modalidade foco dos Institutos Federais (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Neste ponto, cabe destacar que o ensino médio brasileiro sofre crise de identidade, problemática que decorre da dupla função atribuída a este nível de formação, que precisa dar conta de preparar o aluno para a continuidade dos estudos no ensino superior e, ao mesmo tempo, para uma profissão. Ou seja, há um conflito entre a formação geral (propedêutica) e a formação específica (profissional) (SABIA; MILITÃO, 2011). Observa-se que, no Brasil, o ensino médio visa principalmente preparar o aluno para continuidade dos estudos no ensino superior, negligenciando sua profissionalização. Tendo em vista a realidade socioeconômica brasileira, em que grande parte dos filhos das classes populares precisa trabalhar antes dos 18 anos de idade, isto é, antes de finalizar o ensino médio, é imprescindível que tal proposta de ensino seja repensada, a fim de possibilitar ao aluno não apenas o acesso ao ensino superior, mas também ao mundo do trabalho (MOURA, 2013).

Aliado a esta questão do ensino médio, evidencia-se que a educação profissional ainda não está suficientemente difundida no Brasil, o que leva os Institutos Federais a enfrentarem problemas da falta de alunos e alta evasão, pois muitos não têm interesse em realizar um curso profissionalizante, já que no Brasil se difundiu a ideia de que o curso superior tradicional é o único caminho para uma formação sólida. Este fato tem origem histórica, quando o sistema de ensino primário e profissional e o sistema de ensino secundário e superior tinham diferentes objetivos culturais e sociais, constituindo-se, por isso mesmo, em instrumentos de estratificação social. A escola primária e a profissional serviam à classe popular, enquanto que

a escola secundária e a superior serviam à burguesia (CUNHA, 1997). Ainda restam traços deste entendimento na sociedade, o que gera discriminação à educação profissional. Portanto, faz-se necessário promover estudos que possam embasar a disseminação da sua relevância e analisar práticas da educação profissional levadas a cabo no Brasil.

Este tema atende também demanda científica e agenda de pesquisa, constatadas por estudo desenvolvido em bases de dados que publicam estudos da área da gestão: Spell (Scientific Periodicals Electronic Library), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Ebsco (EBSCOhost Online Research Databases). O termo de busca utilizado foi Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pesquisado entre aspas e nos idiomas: português, inglês e espanhol, no período de 2005 a 2015. Em princípio, o retorno de resultados parece significativo (684 artigos), tendo em vista tratar-se de um termo de busca específico. No entanto, ao realizar-se análise mais detalhada das publicações, observa-se que, em sua maioria, trata-se de pesquisas realizadas no âmbito dos Institutos Federais por docentes e discentes, ou seja, não são estudos que abordam os Institutos Federais como objeto de pesquisa, mas sim pesquisas realizadas nestas instituições e que pertencem às mais diversas áreas do conhecimento. Portanto, constatou-se carência de estudos que abordem os Institutos Federais enquanto instrumento de política pública de educação profissional e analisem mais profundamente o papel social destas instituições.

Essa carência de estudos sobre os Institutos Federais é confirmada ao observar-se que apenas um pesquisador se destaca com a publicação de mais de um artigo sobre esta temática no período analisado. Trata-se da pesquisadora Lucília Regina de Souza Machado (4 artigos), que é filiada ao Centro Universitário UNA. Importante destacar que a pesquisadora em questão pertence à área das ciências humanas (educação), desta forma, configura-se carência também de estudos que abordem a temática dos Institutos Federais sob a ótica da gestão, sendo que foi justamente esta abordagem que se adotou neste estudo, objetivando analisar o papel do IFSC enquanto instrumento de política pública de educação profissional, bem como se esta instituição vem, na percepção dos sujeitos de pesquisa, cumprindo o papel social para o qual foi criado. Com isso, buscou-se contribuir também para o avanço do conhecimento em um campo ainda pouco explorado cientificamente sob a ótica da gestão.

2 Política Pública de Educação Profissional no Brasil: o papel dos Institutos Federais

Nem sempre a educação profissional no Brasil, enquanto política pública foi vista como parte do processo integral de formação cidadã. Pelo contrário, quando esta modalidade educacional surgiu como política pública no país foi pelo viés (reducionista) da formação de mão de obra para o mercado trabalho. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB), promulgada e publicada em 1996, se colocou como uma tentativa de superar os enfoques de uma educação apenas voltada à qualificação para desenvolver competências para o trabalho, dispondo como diretriz básica que a educação profissional deve ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com vistas ao permanente desenvolvimento do país (BRASIL, 1996). “A LDB/96 prevê [...] dois tipos de formação profissional: um que é incorporado na organização do ensino formal, particularmente no Ensino Médio, outro [...] que é desenvolvido nos ambientes do trabalho, mas não exclusivamente nele.” (SABIA; MILITÃO, 2011, p. 69).

Na prática “[...] a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, passou a exigir que todos os alunos do Ensino Médio passassem a ter um mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias que poderiam ser complementadas, mas não substituídas, pela formação profissional.” (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013, p. 592), ou seja, embora tenha reconhecido a importância da educação profissional e dado destaque a ela, a LDB tornou mais longo o

caminho de quem optasse por esta formação, isso porque, embora a educação profissional seja considerada uma modalidade de educação, ela faz parte de um sistema paralelo ao regular (OLIVEIRA; VIANA, 2012).

Portanto, esta modalidade de educação ainda tem um longo caminho a ser percorrido para, de fato, consolidar-se no país como pertencente ao sistema regular de educação; por este motivo “há de se estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas que venham a oferecer subsídios ao fortalecimento e renovação da educação profissional e tecnológica e das instituições que formam as diversas redes públicas e privadas.” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2004, p. 55). Neste sentido, esta pesquisa vem ao encontro desta necessidade, uma vez que tem como temática central a discussão da educação profissional enquanto política pública e, como objeto de estudo, o IFSC, instituição pública, que integra a rede federal de educação profissional.

Observa-se que “A educação profissional e tecnológica tem sido reclamada por segmentos importantes da sociedade brasileira como uma política pública nacional, de Estado, estratégica e de sustentabilidade ao desenvolvimento do país.” (MACHADO; VELTEN, 2013, p. 1118). Como resposta a esta demanda da sociedade destaca-se a recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Neste contexto inserem-se os Institutos Federais, que são as principais instituições que compõem a rede federal de educação profissional, e configuram-se como instrumento de aplicação da educação profissional como uma política pública.

Com o surgimento dos Institutos Federais, estes foram propostos como instrumento de promoção de mudanças educacionais, representando desafio para a educação profissional, visto que, ao procurar romper com a tradicional missão de vincular essa modalidade da educação às demandas exclusivas do mercado, entrou em cena a necessidade de construção de um novo paradigma. Não se tratava mais de preparar o cidadão para servir aos exclusivos interesses do mercado, mas de qualificá-lo e elevar o seu grau de escolarização, capitais imprescindíveis à efetiva participação na consolidação democrática do país (PACHECO et al., 2009).

Os Institutos Federais se constituem como importante instrumento de aplicação da educação profissional enquanto política pública (BRASIL, 2008), pois cabe a estas instituições uma mudança de paradigma quanto à educação profissional, uma vez que integrada à ciência e à cultura a formação para o trabalho se opõe à redução da formação para o mercado de trabalho (CIAVATTA; RAMOS, 2012). Ou seja, cabe a educação profissional um papel maior do que a mera formação de mão de obra para atender às demandas do mercado. No entanto, observa-se que “A educação profissional no Brasil, mesmo em tempos de complexificação da base técnico-científica da produção, ocupa-se da formação para o trabalho simples [...]” (KUENZER, 2010, p. 868), por meio, principalmente, de cursos técnicos de nível médio.

Percebe-se que o principal *locus* de atuação da educação profissional é o ensino médio. Importante retomar neste ponto a discussão já iniciada na introdução, quanto à crise de identidade do ensino médio brasileiro, adicionando a esta discussão a questão da dualidade estrutural que está atrelada ao conceito de escola como fator de estratificação social, ou seja, a existência de dois caminhos a ser seguido, o ensino médio (propedêutico) que serviria aos “ricos”, para prepará-los para continuidade dos estudos no ensino superior, e o ensino médio profissionalizante que serviria aos “pobres”, para prepará-los para o mercado de trabalho, uma formação mais enxuta e rápida, onde os estudantes teriam acesso somente aos conhecimentos mínimos necessários para o bom desempenho de sua atividade profissional (DEITOS; LARA, 2016).

A solução para esta dualidade estrutural seria a instituição do ensino médio integrado, isto é, que integre a formação geral (propedêutica/acadêmica) à formação profissional (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2004), uma vez que com a necessidade premente de desenvolvimento do país, torna-se urgente ampliar as políticas públicas que atendam aos anseios de jovens que desejam se qualificar para o mercado de trabalho (OLIVEIRA; ESCOTT, 2015). No entanto, não é esta realidade que se observa no Brasil, pois de acordo com Chaer, Diniz e Ribeiro (2011, p. 251), “[...] até o ensino médio, o estudante brasileiro é, via de regra, treinado para memorizar e repetir fórmulas que, se devidamente apreendidas, serão sua chance de aprovação no exame vestibular [...]” Diante desta realidade “[...] a educação profissional, que na maioria de outros países envolve a maior parte dos estudantes de nível médio, permanece atrofiada no Brasil.” (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013, p. 586).

Tal problemática está ligada à cultura brasileira, na qual se disseminou certo preconceito de que a esta modalidade educacional caberia a formação de trabalhadores braçais, para atuarem em atividades exclusivamente operacionais, ao passo que à modalidade acadêmica caberia a formação dos trabalhadores intelectuais, para atuarem nas atividades táticas e estratégicas. Observa-se que esta visão foi disseminada de maneira diversa em outros países como Alemanha e Canadá, nos quais a educação profissional é fortemente valorizada (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013). No entanto, não é apenas a questão cultural que se deve o atual cenário da educação profissional no Brasil, mas também a forma acelerada e desordenada como ocorreu a expansão da rede federal de educação profissional, causando aparente desestruturação nos Institutos Federais (ANDRADE, 2014).

Mais recentemente no Brasil surgiu nova problemática no ensino médio, que se constitui inversão da dualidade estrutural, onde resta aos trabalhadores a modalidade de educação geral, uma vez que tendo em vista a baixa qualidade do ensino, ela não mais interessa aos jovens da classe média, e em virtude da flexibilização de sua oferta para o turno noturno, ela se torna uma opção para os jovens de classe baixa, que precisam trabalhar durante o dia e somente têm à noite para se dedicar aos estudos. Enquanto os jovens de classe média agora preferem cursos de ensino médio integrado ao ensino técnico, ofertados pelos Institutos Federais, tendo em vista a alta qualidade dos referidos cursos, o que é visto por estes jovens como uma oportunidade de acesso facilitado ao ensino superior, por possibilitarem melhores resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou mesmo nos vestibulares das universidades particulares (KUENZER, 2010).

Neste cenário, Schwartzman e Castro (2013), destacam que se constitui em grande problema ancorar toda a nova política de educação profissional nos recém-criados Institutos Federais, principalmente considerando que estas instituições vêm abandonando sua missão principal, a formação técnica de nível médio, para adotar atividades de mais prestígio social como a educação superior. Ciavatta (2006) já alertava que a concessão do *status* de universidade aos Institutos Federais poderia levar à tendência de aumento na oferta de cursos superiores, em detrimento dos cursos técnicos de nível médio, por uma questão de demanda e de prestígio. Esse fato, somado a dualidade estrutural invertida, na qual os Institutos Federais deixam de preparar seus egressos para inserção qualificada no mundo do trabalho e passam a prepará-los para o acesso ao ensino superior, configuram um desvio de função por parte dos Institutos Federais, os afastando do papel social para o qual foram criados.

3 Procedimentos Metodológicos

Adotou-se, nesta pesquisa, uma abordagem predominantemente qualitativa, sendo que se buscou atentar para todos os critérios que visam conferir validade e confiabilidade a pesquisa qualitativa, na linha do que defende Godoy (2005). Quanto ao tipo, esta pesquisa enquadra-se como descritiva e explicativa. Como método foi adotado o estudo de caso único, conforme preconizado por Yin (2010), com múltiplas unidades de análise constituídas pelos três *campi* do IFSC implantados na região Oeste catarinense, a saber: *campus* Chapecó, *campus* São Miguel do Oeste e *campus* Xanxerê.

Este estudo de caso relacionado ao IFSC merece atenção porque são justamente estes institutos as principais organizações que constituem a rede federal de educação profissional e a realização do estudo pode contribuir para maior entendimento da importância da política pública de educação profissional. A escolha pelo IFSC embasou-se no recorte geográfico selecionado como *lôcus* de pesquisa, ou seja, a região Oeste catarinense, configurada nos três *campi*.

Com relação à coleta de dados inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica, a fim de fundamentar o estudo proposto. Posteriormente, realizou-se pesquisa documental, em fontes legais e institucionais do IFSC (Lei 11.892/2008/Lei de criação dos Institutos Federais e Plano de Desenvolvimento Institucional). Em seguida, partiu-se para a pesquisa de campo, para a qual foram utilizadas três técnicas de coletas de dados: entrevistas, observação e questionários. As entrevistas foram aplicadas com agentes internos e agentes externos ao IFSC, no grupo de agentes internos foram entrevistados o Reitor do IFSC e o Diretor de cada um dos *campi* envolvidos, enquanto no grupo de agentes externos foi entrevistado o Prefeito de cada um dos municípios envolvidos. A observação foi realizada concomitantemente às entrevistas. Os questionários foram aplicados aos egressos (agentes externos) e aos servidores (agentes internos) de cada um dos *campi* pesquisados.

As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos entrevistados e, posteriormente, transcritas na íntegra, para utilização das falas dos sujeitos durante a fase de apresentação e discussão dos resultados. A observação foi aplicada nos *campi* do IFSC estudados, sendo que as impressões e observações do pesquisador foram convertidas em notas de campo (NC) para utilização destas informações durante a análise e discussão dos resultados. Os questionários foram estruturados no *Google Docs* e enviados via *e-mail* para 220 servidores e 414 egressos, ao todo foram realizados três encaminhamentos do *link* do questionário para resposta, sendo que este ficou disponível por aproximadamente três meses, prazo após o qual se desativou o *link* a fim de iniciar o procedimento de análise.

Importante destacar que os questionários foram encaminhados para totalidade dos servidores e egressos dos três *campi* pesquisados. No entanto, faz importante apresentar uma ressalva quanto ao quantitativo de egressos que realmente participou da pesquisa, já que o quantitativo total de egressos dos três *campi* era de 914 egressos, porém, 201 deles não possuíam endereço de e-mail cadastrado junto ao IFSC, não sendo possível, portanto, o encaminhamento do *link* da pesquisa para estes. Dessa forma, foi encaminhado o e-mail com o *link* do questionário para 713 egressos, no entanto, 132 e-mails retornaram com mensagem de erro, indicando que a conta não se encontrava mais ativa, assim, 581 egressos receberam de fato o e-mail. Ainda, faz-se necessária mais uma ressalva em relação ao quantitativo dos egressos, pois, destes 581 egressos, 167 não tinham contas de e-mail pessoais cadastradas no IFSC, mas uma conta de e-mail criada pelo próprio IFSC e que era utilizada pelo egresso enquanto este ainda era aluno da instituição, ou seja, a probabilidade de que o egresso não acesse mais este e-mail após a conclusão do curso é grande, portanto, restam 414 egressos com maior probabilidade de, efetivamente, terem tido acesso ao e-mail com o *link* do

questionário, sendo que foi este quantitativo que foi considerado para fins de cálculo da taxa de resposta.

Dos 220 servidores que receberam o e-mail com o *link* da pesquisa, 48 responderam ao questionário, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 22%. Em relação aos egressos, dos 414 que receberam o e-mail com o *link* da pesquisa, 76 responderam ao questionário, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 18%. Este quantitativo de retorno pode ser considerado razoável, uma vez que para questionários on-line que são enviados para entrevistados, com os quais não se tenha qualquer relacionamento prévio, uma taxa de resposta entre 20% e 30% é considerada satisfatória (MARCONI; LAKATOS, 2005). Ademais, não se objetivou atender normas estatísticas nesta pesquisa, haja vista o seu caráter qualitativo, onde se buscou, sobretudo, captar a percepção dos sujeitos. Faz-se necessário, ainda, destacar que a defasagem no cadastro dos egressos junto ao IFSC já representa um importante achado de pesquisa, uma vez que se constatou que o relacionamento com os egressos não é efetivo ainda no IFSC, podendo constituir-se numa oportunidade de melhoria, principalmente no que se refere à inserção profissional e à continuidade dos estudos, questões estas que são mais bem discutidas junto à seção de análise dos dados.

No que se refere à análise dos dados, se iniciou aplicando a técnica de triangulação de dados, que é uma estratégia que visa conferir maior credibilidade aos resultados obtidos com a pesquisa. Consiste em utilizar-se de variadas fontes de dados, a fim de realizar a confrontação das informações obtidas em cada uma delas, analisando-as à luz da fundamentação teórica do estudo (OLIVEIRA, 2010). Para o tratamento e análise de dados, adotou-se uma abordagem qualitativa do fenômeno, por meio da Análise de Conteúdo (AC), conforme apregoa Bardin (2011). A AC contemplou as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A maioria dos procedimentos da análise de conteúdo se organiza por meio de categorias de análise, que consistem na classificação e agrupamento de elementos (unidades de registro), sob um título genérico, de acordo com características comuns. As categorias podem emergir tanto durante a fase inicial de estudo (revisão bibliográfica) quanto na fase final (análise dos resultados). Como categorias de análise, emergentes da revisão bibliográfica do estudo, adotaram-se: Educação Profissional; Política Pública e Institutos Federais. Estas categorias, estabelecidas a priori com base na revisão bibliográfica, foram revisadas a partir do seu cotejamento com os dados, especialmente nos seus desdobramentos e descritores.

4 Análise dos Dados

Os entrevistados foram identificados inicialmente pela letra “E” que faz alusão ao termo “Entrevistado”, seguido de um número de controle, indo de Entrevistado 1 (E1) até o Entrevistado 7 (E7). Importante destacar que do E1 ao E4 tratam-se de agentes internos e do E5 ao E7 tratam-se de agentes externos. Quanto aos respondentes dos questionários, foram inicialmente identificados pela letra “R”, que faz alusão ao termo “Respondente”, seguido da letra de identificação do grupo ao qual pertence, ou seja, “E” para os egressos e “S” para os servidores, seguido ainda do número de ordem em que respondeu o questionário. Portanto, para os servidores vai de RS1 até RS48, e para os egressos vai de RE1 até RE76.

O primeiro resultado que precisa ser destacado trata-se da percepção quanto ao preconceito em relação à educação profissional no Brasil, o que restou evidenciado na fala do participante E3: “[...] nós [Brasil] ainda temos preconceito com a Educação Profissional, isso é fruto de uma história de desvalorização de quem trabalha no braçal, e tem um valor maior quem faz um trabalho intelectual. E é claro que isso foi incorporado na nossa cultura [...]”. Evidencia-se na fala do participante como ainda a educação profissional sofre com os

preconceitos históricos que lhe foram atribuídos, sendo que isso dificulta que esta modalidade de educação se firme no país como uma política pública. Aliás, esse preconceito para com a educação profissional parece ser reforçado pelo próprio governo, que apesar de no discurso reconhecê-la como importante, na prática dificulta o caminho de quem opta por seguir seu percurso formativo pela via profissional. Conforme apregoam Oliveira e Viana (2012), essa modalidade de educação integra um sistema paralelo ao sistema regular de educação, prova disso é própria configuração do atual ensino médio, que obriga todos os alunos a cursarem um conjunto idêntico de disciplinas, que visam unicamente preparar para o acesso ao ensino superior (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013).

Outra questão fundamental que emerge das falas dos participantes diz respeito à visão reducionista que se tem da educação profissional, considerando-a apenas como uma formação para o mercado trabalho, ou seja, apenas como produtora de mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho, o que certamente contribui com o preconceito que se tem para com esta modalidade de educação. Essa visão reducionista pode ser observada na fala do participante E1: “[...] acho que existe uma dicotomia na Educação Profissional ‘Ah, é uma formação de mão de obra’, então se fazem algumas analogias com aquela pessoa que não vai pensar, que vai só executar, que vai só reproduzir [...]” Nota-se nesse discurso o levantamento de uma discussão importante e que reflete a dicotomia existente entre educação acadêmica e profissional no Brasil, cabendo à modalidade acadêmica a formação dos “pensadores”, para atuarem nas funções táticas e estratégicas, e à modalidade profissional a formação dos “executores”, para atuarem nas atividades operacionais.

Essa visão reducionista pode ser observada também nas falas dos servidores respondentes dos questionários, ao conceituarem a educação profissional: “Educação que prepara para o mercado de trabalho.” (RS1; RS2; RS14; RS17; RS19; RS30; RS35; RS38; RS44...). “Educação focada nas atividades operacionais em empresas.” (RS36). Observa-se que ao conceituarem a educação profissional os participantes a relacionam majoritariamente à formação de mão de obra para o mercado de trabalho, o que reforça a tese de que esta visão reducionista da educação profissional ainda está fortemente presente na sociedade brasileira. Chama atenção por se tratar da percepção de agentes internos, ou seja, mesmo dentro de uma instituição de ensino que trabalha pela via profissional, pode-se deparar com visões que de certa forma reduzem a importância da educação profissional.

Nota-se que esta visão é compartilhada pelos agentes externos entrevistados, que ao serem questionados quanto à educação de uma forma geral, imediatamente passam a fazer menção à modalidade acadêmica, e somente se posicionam quanto à educação profissional ao serem questionados especificamente sobre esta modalidade, voltando imediatamente os seus comentários ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Fica assim evidente a dicotomia entre os que pensam e os que executam as atividades, como se elas fossem totalmente desconexas, ou seja, quem pensa não executa e quem executa não pensa: “[...] a Educação Profissional é fundamental, por que as empresas que se instalam na nossa região exigem mão de obra qualificada. [...] o Instituto forma a mão de obra qualificada, que é um curso mais rápido e que qualifica a pessoa para o mercado de trabalho.” (E7).

Esse resultado é confirmado quando se questiona os egressos com relação a sua renda, sendo que a maioria deles (84%) tem renda de até 4 salários mínimos, o que denota que o foco da educação profissional brasileira é ainda a formação para o trabalho de baixa complexidade, conforme apregoa Kuenzer (2010). Resultado este que é reforçado pela manifestação dos egressos quanto às atividades desenvolvidas em seu trabalho atual, sendo que 71% deles desenvolvem atividades técnico-operacionais e apenas 29% deles desenvolvem atividades técnico-administrativas, em níveis tático e estratégico. Evidencia-se, desta forma, que a

educação profissional no Brasil ainda se reduz à qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, por meio de cursos técnicos de nível médio. Esta realidade começou a mudar recentemente, com o advento dos mestrados profissionais, no entanto estes ainda sofrem com o sombreamento da modalidade acadêmica, enfrentando dificuldades em se consolidar de fato como um curso de educação profissional.

Para além da questão cultural brasileira, restou evidenciado que contribui fortemente para o atual cenário da educação profissional no país a forma acelerada e desordenada como ocorreu a expansão da rede federal de educação profissional, o que vem ao encontro do que apregoa Andrade (2014). Essa questão fica evidenciada na fala do participante E1: “[...] nós temos de Instituto Federal 7 anos, de implantação dos campi 9 anos. 9 anos que nós começamos a expansão, [...] em 9 anos nós passamos de 3 campi pra 22 [...]. A gente passou por uma expansão muito grande [...] precisava construir muito.” Fica claro na fala do participante E1 como a expansão ocorreu de forma acelerada, quando o IFSC passou, em apenas 9 anos, de 3 para 22 *campi*, ou seja, um crescimento de 633% em menos de uma década. Crescimento tão expressivo que chega a ser percebido pelos agentes externos, conforme fica evidenciado na fala do participante E7: “O IFSC está crescendo bastante. A gente acompanha dentro das possibilidades, mas está sentindo um crescimento bastante considerável nos últimos anos [...]”.

A forma como ocorreu a expansão da rede ocasionou sérios problemas de estrutura física ao IFSC, sendo que isso levou a instituição a elencar em seu PDI uma série de critérios para definir as prioridades de infraestrutura. Dentre estes chama atenção dois: o primeiro trata da situação da infraestrutura existente, se esta coloca em risco ou não a continuidade de cursos que já se encontram em andamento, ou apenas impede a abertura de novos cursos. Nota-se aqui uma situação grave imposta pela deficiência de estrutura física, que pode impedir a abertura de novos cursos e também prejudicar a continuidade dos cursos que já estão em andamento. Essa questão, somada ao segundo critério que trata da disponibilidade orçamentária, torna o cenário preocupante, pois considerando a atual crise política e econômica pela qual o Brasil está passando, na qual os cortes no orçamento estão cada vez mais frequentes, é possível que o IFSC enfrente dificuldades na consolidação da infraestrutura dos seus *campi*.

Essa problemática é reconhecida pelos agentes internos conforme fica evidenciado na fala do participante E4: “[...] a nossa estrutura física, é [...] hoje o nosso maior problema, [...] você não consegue, enfim, oferecer a estrutura que o aluno precisa.”, e também pelos agentes externos, conforme fala do participante E6: “[...] o Instituto hoje precisa realmente ser ampliado porque ele já está pequeno.” De fato, observou-se no momento das entrevistas que os *campi* ainda carecem de estrutura física mais adequada, principalmente no que se refere à questão dos laboratórios de prática, mas também de espaço físico, como salas de aula, salas de professores e sala para as atividades administrativas. Observou-se que alguns *campi* possuem uma estrutura um pouco mais consolidada, uma vez que quando foram implantados receberam construções novas para suas instalações, ao passo que outros *campi* apresentam uma deficiência maior de estrutura física, pois ao serem implantados receberam construções antigas para suas instalações, tendo que se adequar ao espaço disponível.

Essa expansão acelerada e desordenada da rede de educação profissional, com a implantação de novos *campi* em detrimento da consolidação dos *campi* já existentes, leva a crer que o governo valoriza mais a quantidade do que a qualidade, o que ocasionou que alguns *campi* fossem implantados em localidades visando atender pressões políticas e não demandas sociais, como se evidencia na fala do participante E2: “[...] na Região Oeste [...] de Santa Catarina [...] foi um movimento [...] envolvendo [...] municípios, deputados, senadores que

são da região e fizeram um trabalho grande pra trazer esses *campi* pra [...] região.” Não se está, sob nenhum prisma, alegando que a região não seja merecedora de ter os *campi* do IFSC. A discussão em questão trata da interferência política no processo de implantação dos *campi*, sem que seja realizado estudo técnico da viabilidade dessa implantação, bem como uma ampla discussão com as comunidades receptoras destes investimentos públicos. Essa discussão vai, inclusive, para além da localidade de implantação dos *campi*, já que se acredita que seria mais efetivo primeiramente buscar a consolidação plena dos *campi* já existentes, para então começar a pensar na implantação de novos *campi*, o que parece ser reconhecido pelos agentes internos, conforme fica evidenciado pelo participante E2: “[...] eu vejo que a questão da nossa expansão ela poderia ter sido feita com mais cautela, [...] acho que ela poderia ter sido um pouco menos acelerada e melhor estruturada.” Seria inverter a lógica da quantidade para lógica da qualidade.

Outro resultado relevante desta pesquisa, diz respeito a um aparente desvio de função por parte do IFSC. A primeira evidência desta percepção surgiu quando se questionou aos egressos se atuam em sua área de formação técnica, sendo que 58% responderam que “Sim” e 42% responderam que “Não.” Chama atenção o percentual de egressos que não atua em sua área de formação profissional, o que leva a crer que os estudantes estão buscando o IFSC não por sua formação profissional, mas pela qualidade de seu ensino médio, configurando a chamada dualidade estrutural invertida, conforme apregoa Kuenzer (2010). Esse resultado é reforçado quando questionado aos egressos quanto à continuidade de seus estudos em nível superior, sendo que a maioria (57%) deles seguiu este caminho. Destaca-se que 34% deles declararam ter seguido para cursos superiores pouco ou nada relacionados à sua área de formação profissional, o que indica que provavelmente realizaram o curso técnico no IFSC visando unicamente o acesso ao ensino superior.

Contribui com esse resultado a fala do participante E4: “[...] dos alunos que vêm 10% querem ser técnicos em alimentos, técnico em informática; eles não vão ser técnicos, eles vêm pelo ensino médio. O que foge dessa ideia da criação [do IFSC].” Nesta mesma linha, segue a visão do participante E3: “[...] nós fizemos uma pesquisa com os nossos alunos, pra ver quantos deles tinham real interesse em trabalhar na área. Nós tínhamos 200 alunos e menos de 20 disseram, ou seja, menos de 10% disseram: *eu quero trabalhar na área!* Eles faziam o curso somente pelo Ensino Médio.” Nota-se que na fala dos participantes a questão da dualidade estrutural invertida ganha contornos ainda mais graves, com aproximadamente 90% dos alunos cursando o ensino médio integrado pela qualidade do ensino médio em si e não pela formação profissional oferecida por ele. Esse resultado está distante do obtido junto aos egressos nesta pesquisa, que, apesar de também indicar para ocorrência da dualidade estrutural invertida, fazem-no de forma mais singela. Essa discrepância pode se explicar pelo baixo percentual de egressos que participaram da pesquisa, em torno de 8% se considerado o quantitativo total de egressos. Ou seja, é provável que na prática a dualidade estrutural invertida ocorra em maiores proporções.

Além disso, constatou-se por meio da análise documental no PDI do IFSC, que a instituição vem diminuindo gradativamente a oferta de cursos técnicos de nível médio e aumentando a oferta de cursos superiores, na linha do que apregoam Ciavatta (2006) e Schwartzman e Castro (2013). Ou seja, mesmo que a lei de criação dos Institutos Federais estabeleça que sua modalidade foco é o ensino técnico de nível médio, sendo que 50% das vagas devem ser reservadas para este fim, a instituição vem diminuindo esta oferta. No ano de 2015 a oferta de cursos técnicos de nível médio pelo IFSC representava 66% do quantitativo total de vagas, no ano de 2016 passou para 61% e a previsão para os próximos anos é de diminuição ainda maior, em 2017 essa representação será de 59%, em 2018 de 57%,

chegando a 2019 com uma representação de 56%, ou seja, diminuição de 10% na oferta em relação a 2015. Quanto à oferta de cursos superiores, em 2015 esses representavam 23% do quantitativo total de vagas, em 2016 subiu para 25%, e a previsão para os próximos anos é de um aumento ainda maior, em 2017 essa representação será de 28%, em 2018 de 30%, chegando a 32% em 2019, ou seja, aumento de 9% na oferta com relação a 2015. Este aspecto aponta que o IFSC vem aumentando a oferta de ensino superior em detrimento da oferta de cursos técnicos, justificando, em seu PDI, que existe “[...] forte demanda por cursos superiores públicos e gratuitos nas cidades do interior do estado [...]” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014, p. 108).

Embora os próprios agentes internos tenham a percepção de que a oferta de cursos superiores não é a missão do IFSC, conforme fica explícito na fala do participante E4: “[...] a ideia dos Institutos não era que eles fossem para o ensino superior. Mas do ingresso de 2015 para 2016 aumentou 51% a oferta de cursos superiores no Instituto Federal, porque é a demanda [...].” Importante ressaltar que o participante E4 explica que este aumento na oferta de cursos superiores se deve, em grande parte, às licenciaturas, pois, além da obrigatoriedade de garantir no mínimo 50% das vagas para cursos técnicos, “os Institutos Federais devem garantir o mínimo de: [...] 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (BRASIL, 2008). Ou seja, o IFSC tem compromisso também com a formação de formadores.

No entanto, apesar de reconhecer em seu PDI a importância da formação de formadores, o IFSC ainda tem uma atuação bastante tímida nesta parte, não garantindo sequer os 20% mínimos exigidos pela legislação. Por meio da análise documental constatou-se que no ano de 2015 a oferta de formação de formadores representava 6,7% do quantitativo total de vagas ofertadas pelo IFSC, no ano de 2016 essa representação passou para 7,2% e a previsão é de que a oferta desta modalidade continue aumentando, em 2017 essa representação será de 9,5%, em 2018 será de 11%, chegando a 12,4% em 2019, ou seja, um aumento de 5,2% em relação à oferta de 2015. Nota-se um crescimento significativo na oferta de vagas de formação de formadores, no entanto, o percentual ainda se encontra bem abaixo do mínimo de 20% definido pela legislação. Aqui se encontra outra oportunidade de melhoria à atuação do IFSC, uma vez que a formação de formadores poderia ser usada pelo IFSC para melhorar a qualidade da educação básica oferecida no Brasil, por meio da qualificação dos professores. A melhoria na qualidade da educação básica contribuiria inclusive para diminuição da ocorrência da dualidade estrutural invertida, pois os alunos deixariam de procurar o IFSC em razão da boa qualidade de seu ensino médio, pois teriam qualidade também no ensino médio oferecido pela rede estadual. Dessa forma, o IFSC poderia concentrar esforços na formação daqueles alunos que, de fato, queiram se tornar profissionais naquela área de atuação. Outra questão que a formação de formadores poderia contribuir é com a formação de professores para atuar na educação profissional, pois esta ainda é uma carência grande no Brasil, de forma que a contribuição do IFSC seria relevante, pois atenuaria o viés acadêmico da formação. Com isso, o IFSC poderia formar seus próprios professores, além de contribuir com a formação docente para outras instituições de ensino que trabalham pela via profissional.

Nota-se que no período de 2015-2019 (PDI) apenas os cursos superiores e a formação de formadores terão suas ofertas aumentadas, ao passo que os cursos técnicos de nível médio (foco dos Institutos Federais) terão suas ofertas diminuídas. Se for considerar a previsão de aumento dos cursos de formação de formadores, observa-se que ela é bem menor do que a diminuição de oferta dos cursos técnicos, sendo que a diferença se constitui no aumento de oferta dos cursos superiores de outras modalidades (que não licenciaturas). Considerando que

a modalidade foco do IFSC é o curso técnico de nível médio, há de se destacar que, em geral, em nenhum momento a oferta desta modalidade é inferior ao mínimo de 50% estabelecido pela legislação, embora venha diminuindo gradativamente com a intenção de se manter apenas o mínimo necessário. Considera-se legítimo o anseio da população em galgar o ensino superior, o que se questiona neste estudo é se os Institutos Federais seriam o melhor instrumento para a efetivação desta demanda ou se eles teriam outra missão tão relevante quanto prover o acesso à educação superior.

Neste ponto emerge uma questão polêmica, mas que é fundamental nesta discussão, trata-se da concessão do *status* de universidade aos Institutos Federais, que, na teoria, implementou a paridade entre a educação acadêmica e profissional. Na prática parece que reforçou ainda mais a distinção entre as duas modalidades, além de tornar os Institutos Federais instituições demasiadamente complexas, em virtude da necessidade de gerir dois níveis educacionais com objetivos bem distintos: a educação básica e a educação superior. Isso fez com que o IFSC passasse a aumentar a oferta de cursos superiores em detrimento da oferta de cursos técnicos, pois é justamente os cursos superiores que possuem a maior demanda, o que contribui para atenuar as problemáticas para formação de turmas: falta de alunos e evasão. Essa questão fica evidenciada na fala do participante E3: “[...] a gente percebe, por exemplo, agora estamos [no IFSC] com curso superior e técnico. E percebe que quando coloca os dois à disposição, o superior atrai muito mais. [...] pelo prestígio que [o curso superior] ainda traz pra nós [brasileiros].” Fica nítida a preferência dos estudantes brasileiros pelo ensino superior, o que se deve principalmente à questão cultural, pois no Brasil se estabeleceu a ideia de que ser detentor de um grau superior confere um *status* maior ao indivíduo, o que explica a questão do prestígio desta modalidade na cultura brasileira.

Desta forma, esta prática de aumento na oferta dos cursos superiores em detrimento aos cursos técnicos, parece mais remeter à submissão do IFSC às demandas de mercado e aos contornos culturais brasileiros, do que a prática que vise consolidar cultura favorável à educação profissional de qualidade e que permita aos seus egressos atuação profissional sólida, gerando melhores condições de vida e contribuindo para o desenvolvimento regional. Este estudo pretende fomentar o debate acerca de qual papel cabe ao IFSC, entendendo que talvez vá além da oferta de cursos superiores, uma vez que a educação básica e, principalmente, a de nível médio constituem em desafios graves a ser vencidos hoje no Brasil. O estudo levanta possibilidades e desafios sobre as formas pelas quais o IFSC poderia direcionar seus esforços formativos para este nível de ensino.

5 Considerações Finais

A partir do objetivo central de analisar o papel do IFSC enquanto instrumento de política pública de educação profissional, os resultados da pesquisa apontam que o IFSC ainda não conseguiu se consolidar como uma ferramenta de aplicação da educação profissional enquanto política pública. Esse fato se deve, principalmente, às marcas culturais brasileiras que relegam à educação profissional um papel menor na carreira educacional, bem como à forma acelerada e desordenada como ocorreu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional no país. Além disso, identificou-se, por parte do próprio IFSC, certo desvio de função em relação à finalidade para a qual foi implantado. Esta percepção restou evidenciada primeiramente ao constatar-se que os alunos procuram o IFSC não pela formação profissional que oferece, mas pela qualidade do seu ensino médio, o que é visto por estes alunos como uma porta de entrada para o ensino superior, ou seja, o IFSC deixa de promover a inserção profissional qualificada dos seus egressos e passa a prepará-los para o acesso ao

ensino superior. Isso ainda é reforçado quando se observa que o IFSC vem aumentando a oferta de cursos superiores dentro da própria instituição em detrimento à oferta de cursos técnicos.

Verificou-se também que o papel desempenhado pela educação profissional ainda se reduz à preparação de mão de obra requerida pelo o mercado de trabalho. Tal fato está intimamente ligado aos preconceitos históricos que foram atribuídos a esta modalidade educacional. Ou seja, ainda se depara com uma grande dicotomia existente entre a educação acadêmica e a educação profissional, sendo que à modalidade acadêmica cabe a formação dos pensadores ao passo que à modalidade profissional cabe unicamente a formação dos executores. Esse aspecto pode estar na base das dificuldades para a consolidação da educação profissional como política pública no Brasil.

Destaca-se a importância deste estudo, especialmente pelo alerta para um aparente desvio de função do IFSC. A contribuição mostra-se mais efetiva, à medida que o trabalho não se limitou a apontar o aparente desvio de função, indo além e apresentando possíveis maneiras para equacionar esta problemática por meio da revisão do PDI da instituição, especialmente no que tange à questão da formação de formadores. Ressalta-se, também, a relevância do estudo para o campo da gestão, pois se identificaram poucos estudos que abordassem os Institutos Federais enquanto instrumento de aplicação da educação profissional como política pública. Os estudos identificados sempre abordavam a temática sob a ótica da educação. Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa contribuir para avanço do conhecimento nesta temática ainda pouco explorada sob a ótica da gestão.

Salienta-se que como estudo de caso o estudo foi delimitado a três *campi* do IFSC (Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê) não sendo possível generalizar os achados para os demais *campi* do IFSC. Contudo, entende-se que sua relevância está em suscitar o debate acerca de qual seria o papel dos Institutos Federais, pois se acredita que os demais Institutos Federais, bem como os demais *campi* do IFSC, enfrentem problemáticas semelhantes às identificadas neste estudo, constituindo-se em oportunidades de novos estudos aprofundar o impacto social desta política pública de educação profissional.

Referências

ANDRADE, A. **A Expansão dos Institutos Federais: causas e consequências**. 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF. Disponível em: <http://institutofederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, 2011.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Ensino Superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, 2006.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A “Era das Diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.49, 2012.

CUNHA, L. A. Educação para a democracia: uma lição de política prática. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Educação para a Democracia**: introdução à administração educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B. Educação Profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, 2016.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da Pesquisa Qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Pernambuco, v. 3, n. 2, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – IFSC**. Florianópolis, 2014.

KUENZER, A. Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Entendendo a Educação Profissional**. Brasília, DF, 2011.

MACHADO, L. S.; VELTEN, M. J. Cooperação e Colaboração Federativas na Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, S. P. T.; MELO, P. A.; MELLO FILHO; R. T. Competências Gerenciais Evidenciadas e Desejadas dos Integrantes do Fórum de Gestão de Pessoas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 15, n. 1, 2016.

MOURA, D. H. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, 2013.

OLIVEIRA, A. R. M.; ESCOTT, C. M. Políticas Públicas e o Ensino Profissional no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, M. R. N. S.; VIANA, I. C. Políticas de Educação Profissional no Mundo Globalizado: o caso brasileiro. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, 2012.

PACHECO, E. M. et al. Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**. Manaus, v. 7, n. 16, 2009.

PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SABIA, C. P. P.; MILITÃO, S. C. N. Ensino Médio e Educação Profissional no Tempo Presente: para além da dualidade escolar. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, 2011.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. Ensino, Formação Profissional e a Questão da Mão de Obra. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 21, n. 80, 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.